

Após alerta, INSS garante atendimento ao público

Órgão ameaçava suspender atividades

DA REDAÇÃO E DO ESTADÃO CONTEÍDO
O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou ontem que as restrições orçamentárias impostas neste fim de ano pelo Governo Federal não resultarão na interrupção dos serviços da autarquia aos segurados de todo o País. Além disso, o atendimento nas unidades e o depósito dos benefícios estão garantidos. Na semana passada, um ofício enviado pelo órgão ao Ministério da Economia alertava para o risco de prejuízo das atividades a partir de hoje.

Em nota oficial, o instituto explicou que, além da manutenção do atendi-

mento ao público, “todos os pagamentos dos benefícios operacionalizados pelo INSS, como aposentadorias, pensões, benefícios por incapacidade, além dos assistenciais (como o BPC), entre outros, estão assegurados”.

Revelado na última segunda-feira pela CNN, o ofício enviado pelo presidente do INSS, Guilherme Gastaldello, ao secretário de Orçamento Federal do Ministério da Economia, Ariosto Antunes Culau, causou preocupação entre funcionários do instituto, aposentados, pensionistas e demais segurados.

“A falta dos recursos causa-



Agência do INSS em São Vicente: autarquia informou que segurados terão acesso normal a serviços

rá grave prejuízo ao funcionamento da autarquia, ocasionando suspensões de contratos, a partir da próxima quarta-feira (hoje), bem como deslocamentos de servidores de forma imediata, impactando, conseqüentemente, no atendimento à população e na prestação dos serviços essenciais do INSS”, destacou Gastaldello.

Ontem, o instituto frisou que “as restrições orçamentárias não ocasiona-

rão interrupção dos serviços do INSS aos segurados e não haverá fechamento das unidades”.

CENÁRIO DESAFIADOR

Em nota divulgada segunda-feira, o Ministério da Economia voltou a afirmar que a situação orçamentária e financeira no final de 2022 é desafiadora. Segundo a pasta, houve um aumento atípico e acima do esperado das despesas obri-

gatórias com benefícios previdenciários de R\$ 9,2 bilhões na ótica financeira e de R\$ 13 bilhões na ótica orçamentária.

Apesar disso, o ministério garantiu o pagamento de todas as despesas obrigatórias, tais como aposentadorias, pensões e outros benefícios do INSS, benefícios assistenciais como o BPC e o Auxílio Brasil, seguro-desemprego e a folha dos servidores públicos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Brasil Caderno: B Pagina: 3